



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

CENTRO DE CARIDADE NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO



2022

Handwritten signature in blue ink.

Néia

ÍNDICE

01 Relatório da Direção	3
02 Balanço	15
03 Demonstração de Resultados por Natureza	16
04 Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	17
05 Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais	18
06 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados.....	20
06 Relatório e Certificação Legal das Contas	49
07 Parecer do Conselho Fiscal	53
08 Decisão da Direção	54

24.
Lere

☆

Nélia

01 Relatório da Direção

1. INTRODUÇÃO

2022: consolidação financeira, redefinição estratégica e crescimento

O ano de 2022 foi, para o Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, um tempo decisivo e de grande importância para o seu futuro.

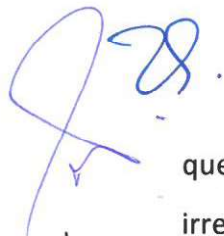
Ultrapassada a pandemia, surgiu a guerra na Ucrânia, com a invasão russa daquele país, que gerou uma espiral inflacionista inesperada e com forte impacto na economia mundial, a que a nossa Instituição não pôde fugir.

O Perpétuo Socorro, contudo, suportou as dificuldades, fruto de um bem sucedido processo de recuperação consistente, manteve os bons resultados financeiros, aumentou o número de utentes em cada valência, estruturou as bases para a abertura do Berçário, apostou no domínio da cultura, lançou uma nova identidade institucional, o Perpétuo, Educação e Cultura, estabeleceu parcerias estruturantes, renovou amplamente o seu edificado, lançou novos cursos de Ensino Profissional, modernizou a sua infra-estrutura digital, adaptou-se aos novos desafios da gestão e do ensino digitais.


Todo este percurso foi feito com celeridade e sentido estratégico. Com isto sempre presente, o Perpétuo Socorro foi capaz, em simultâneo, de reduzir a sua dívida, de a renegociar e de obter condições contratuais para os seus créditos bancários, muito vantajosas e libertadoras de recursos para investimentos relevantes como a capacitação humana e infra-estrutural.

O Perpétuo Socorro encara, por isso, o seu futuro próximo com realismo e, sobretudo, com confiança. O reajustamento global efetuado, os resultados obtidos, a reorientação estratégica assumida, os novos e desafiantes projetos em curso, abrem um horizonte de grande otimismo e alentam o trabalho diário dos seus colaboradores e da Direção para


Jose
28.
Nélio



que se cumpra a sua missão fundamental, segundo um conjunto de valores e princípios irrenunciáveis.



O Perpétuo Socorro tem e terá como MISSÃO: promover a pessoa humana, na sua integralidade, em todas as fases da vida e fomentar o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, equitativa e solidária.



Tem e terá uma VISÃO: ser uma Instituição de referência no desenvolvimento de serviços de educação, de formação e de ação social especializados e de excelência em favor da pessoa humana e da sociedade.

Nélia

Norteia-se por princípios e valores essenciais, dos quais se destacam o Respeito, a Cooperação, o Cuidado, a Confiança, a Inclusão, a Competência, a Inovação, a Responsabilidade, a Privacidade, a Transparência e a Qualidade de vida.

Apoia-se num conjunto de políticas, que parametrizam a sua ação permanente:

- a) Política de Ética, que estabelece o compromisso do CCNSPS com os princípios éticos associados às IPSS's, aos fundamentos de Doutrina Social da Igreja, e os documentos internacionais inerentes aos direitos das pessoas;
- b) Política de Qualidade, que vincula o CCNSPS a uma ação rigorosa e exigente, visando a progressiva perseguição da excelência do serviço que presta em todos os domínios;
- c) Política de Participação e Envolvimento, que manifesta o objetivo do CCNSPS de se constituir como uma Instituição que estimula a participação dos seus colaboradores e utentes na sua atividade e que visa, por outro lado, a progressiva inserção numa ampla rede de relações institucionais com as quais coopera;

d) Política de Valorização dos Recursos, quer físicos, quer financeiros, quer, sobretudo, humanos criando condições para potenciar o serviço prestado e o grau de satisfação de cada um com a Instituição. O CCNSPS pretende valorizar a formação humana, profissional e académica de todos os seus colaboradores para que se realizem pessoal e profissionalmente ao serviço da Instituição e dos seus utentes;

e) Política de Respeitabilidade e de Prevenção de Abusos, que reflete o empenho do CCNSPS para com todos os seus utentes e colaboradores no cumprimento dos princípios morais, éticos e legais relativos à prevenção do abuso físico, mental, moral e financeiro, para com uns e outros.

Seja

28.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

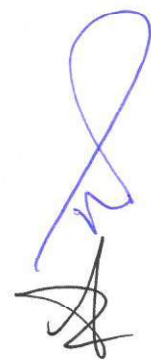
Nélia

2. Aspectos relevantes da gestão do ano de 2022

O Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro reverteu, no ano de 2019, uma tendência contínua nos seus resultados operacionais, apresentando, pela primeira vez, em vários anos, um balanço positivo. Em 2020 e 2021, anos marcados pela pandemia da COVID-19 e pelas suas drásticas consequências sanitárias, sociais e económicas, obteve óptimos resultados em todas as diferentes dimensões da sua actividade.

O ano de 2022 continuou a provar que o Perpétuo Socorro, se gerido com determinação, rigor, ambição e sentido estratégico, tem um futuro, não apenas para si enquanto instituição, mas para a cidade do Porto e muitos dos seus jovens estudantes.

Uma gestão ambiciosa e apostada na concretização de um projecto de qualificação ampla e contínua, permitiu passar, em pouco tempo, da crise de resultados e de utentes, para um tempo novo, desafogado, com resultados crescentemente positivos, com mais receitas, mais alunos, mais serviços, mais qualidade educativa, mais oportunidades em novos domínios como a cultura, mais investimento no edificado, mais modernização nos serviços digitais, mais eficiência organizacional, mais presença na cidade, mais futuro, mais Perpétuo. Os factos falam por si. O presente Relatório de Gestão e Contas disso é prova inequívoca.



Nélio

foye
Nélia

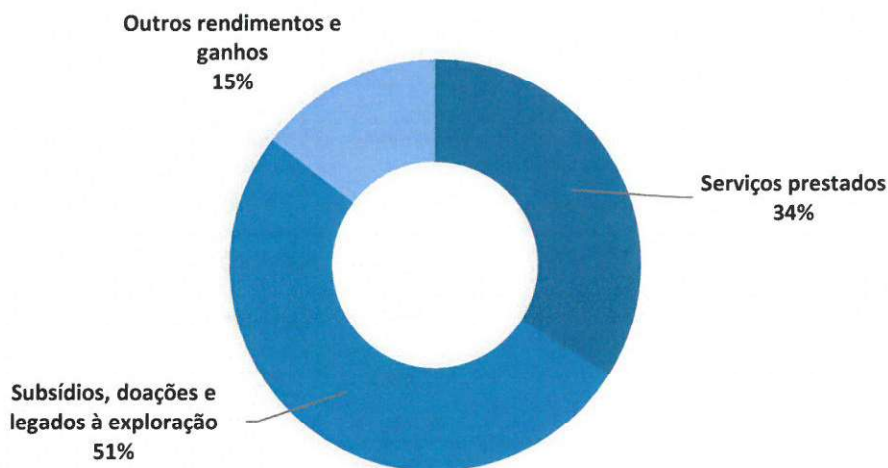
2.1. Evolução dos Resultados

Conta	Descrição	2022	2021	2020	2019	2018
72	Serviços prestados	844.972,21	773.593,20	694.264,58	790.497,05	704.550,63
75	Subsídios, doações e legados à exploração	1.281.308,20	1.124.883,01	1.122.908,51	1.066.589,12	955.727,80
76	Reversões	0,00	140,00	101,95	79,25	1.020,56
78	Outros rendimentos e ganhos	363.604,25	219.618,84	219.977,95	299.554,75	260.359,81
79	Juros e rendimentos similares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Rendimentos		2.489.884,66	2.118.235,05	2.037.252,99	2.156.720,17	1.921.658,80
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5.550,20	11.140,95	18.809,44	69.424,80	120.603,26
62	Fornecimento e serviços externos	598.020,38	371.099,46	328.316,56	397.803,22	429.782,02
63	Gastos com pessoal	1.419.689,94	1.251.081,51	1.203.935,58	1.254.490,22	1.236.923,58
64	Gastos de depreciação e de amortização	107.425,63	90.770,32	29.447,08	170.510,86	170.363,66
65	Perdas por imparidade	18.263,30	2.485,41	6.735,26	3.338,35	5.570,57
67	Provisões do período	0,00	0,00	0,00	20.785,84	0,00
68	Outros gastos e perdas	207.576,02	249.648,57	151.435,45	181.490,35	219.713,58
69	Gastos e perdas de financiamento	68.416,74	52.482,41	48.528,96	51.021,38	47.025,60
Total de Gastos		2.424.942,03	2.028.708,63	1.787.208,33	2.148.865,02	2.229.982,27
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período		64.942,63	89.526,42	250.044,66	7.855,15	- 308.323,47

A análise dos resultados de 2022, no confronto com os anos recentes, revela alguns dados significativos, que importa colocar em destaque:

- O Total de Rendimentos continua significativamente ascendente;
- No que concerne ao Total de Gastos, o aumento verificado estava programado e tem um carácter circunstancial, em virtude do aumento de receita, também esperado para este ano.
- A análise do Resultado Líquido do Período manifesta, de forma clara, a recuperação da Instituição e o efeito global das medidas de gestão adotadas desde meados de 2019, apontando para um tempo promissor e desafogado.

2.1.1. Rendimentos

RENDIMENTOS
2022

O gráfico circular acima exposto, procura representar as principais fontes de rendimentos do Perpétuo Socorro. Cerca de 51% são relativos a Subsídios, Doações e Legados à Exploração, onde se destacam os subsídios do POCH, da Segurança Social e do IEFP. Por outro lado, as Mensalidades globais representam cerca de 34% das receitas totais. Por fim, tem ainda especial destaque, neste âmbito, a mais valia da venda de um imóvel e os donativos dos benfeitores, com uma percentagem de 15%, bem como receitas relativas a candidaturas a fundos nacionais e europeus.

28.

[Assinatura]

[Assinatura]

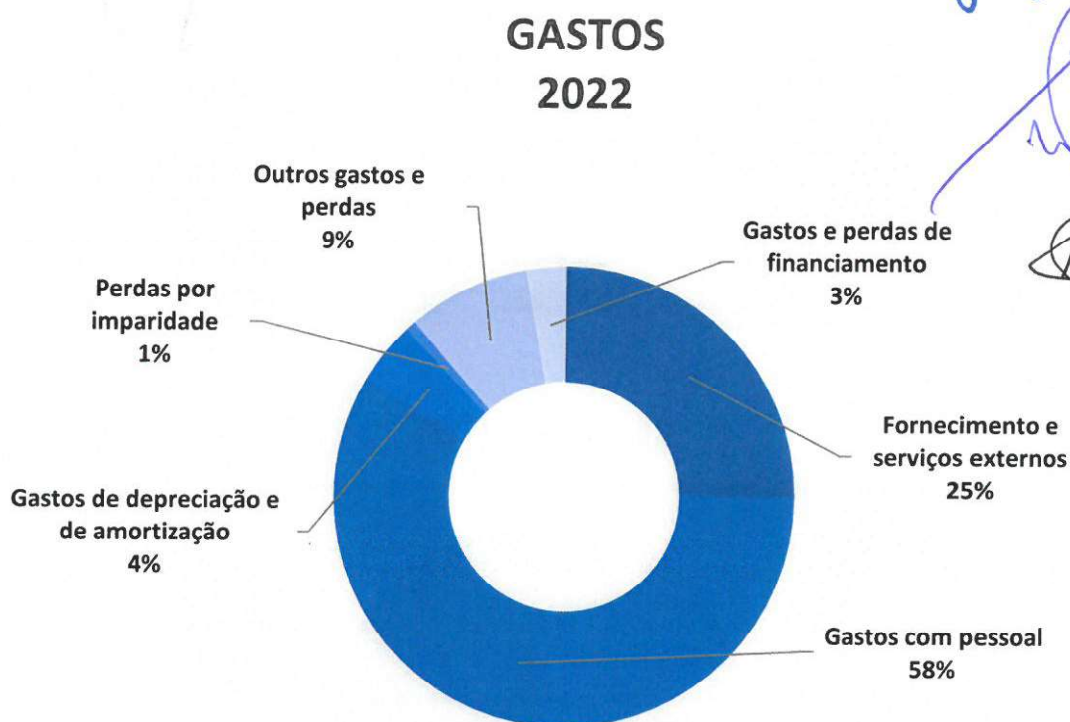
[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

2.1.2. Gastos



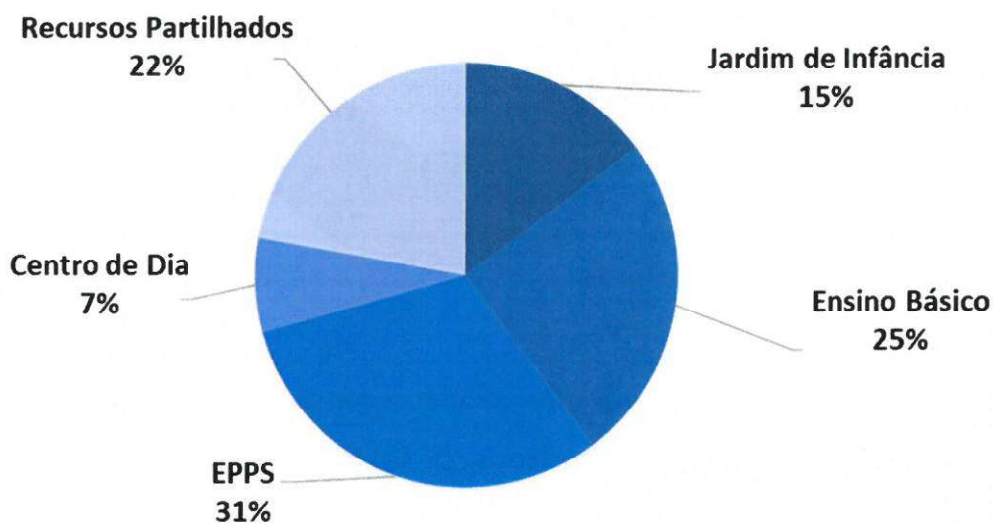
A análise de Gastos, patente no gráfico circular anterior, em termos globais, revela diversos indicadores de especial importância. Os Gastos com Pessoal representam, na sua totalidade, cerca de 59% do valor total. Contudo, importa reter o seguinte: estes gastos incluem cerca de 42.000,00 € de despesas com alimentação de todos os colaboradores e cerca de 68.000,00 € de verbas referentes a bolsas de estágio participadas pelo IEFP. Deduzidos estes montantes, o valor com encargos diretos com Pessoal resulta em cerca de 54% da despesa global, valor que está já próximo do ideal para uma Instituição com a natureza e a dimensão do Perpétuo Socorro. Sublinhe-se que um dos grandes objectivos da gestão era fazer recuar os gastos com pessoal desde 69% para os actuais 54%, por se considerar que numa estrutura como o Perpétuo Socorro seria a percentagem razoável.

Handwritten signature and initials in blue ink.

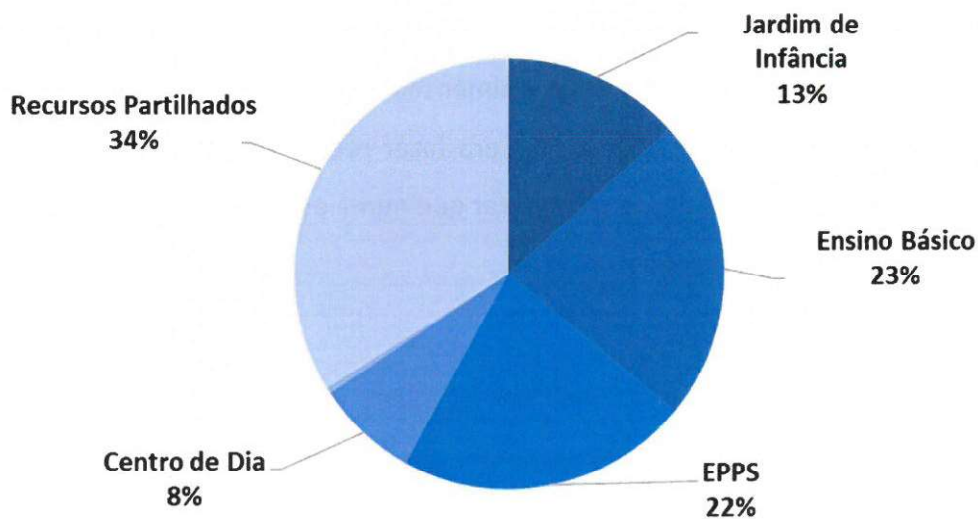
2.2.Valências

	Jardim de Infância	Ensino Básico	EPPS	Centro de Dia	Centro de Medicina e Saúde	Recursos Partilhados	Total
Proveitos	367.223,96	€ 621.717,64	770.203,31	177.944,63	1.334,20	549.928,62	2.488.352,36
Custos	-321.685,39	-550.780,01	-532.969,06	-187.359,13	-10.838,81	-820.262,56	-2.424.947,03
Resultado Líquido	45.538,57	70.937,63	237.234,25	-9.414,50	-9.504,61	-270.333,94	64.942,63

RENDIMENTOS



GASTOS



2.3. Recursos Humanos

No quadro seguinte, é apresentado, por género, o número de colaboradores existentes à data de 31 de dezembro dos anos de 2022, 2021 e 2020, o perfil etário da equipa, os níveis de habilitação, a antiguidade e o custo médio de um colaborador por ano.

feve
28.
Nélia

		2022			2021			2020		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Número de Colaboradores	No final do período:	6	61	67	6	53	60	7	55	62
	<i>Contrato</i>	6	50	56	5	48	53	5	48	53
	<i>Estágios CEI</i>	0	3	3	0	5	5	1	4	5
	<i>Estágios Profissionais</i>	0	8	8	1	1	2	1	3	4
Perfil Etário	Menos de 30 anos	0	16	16	0	10	10	1	12	13
	Entre 30 e 44 anos	0	13	13	2	15	17	2	16	18
	Entre 45 e 59 anos	6	19	25	4	19	23	3	18	21
	Mais de 60 anos	0	13	13	0	10	10	0	9	9
	Idade média	49	43	43	46	31	39	43	43	43
Níveis de Habilitação	Ensino Básico	0	8	8	0	12	12	0	8	8
	Ensino Secundário	1	15	16	3	12	15	2	19	21
	Ensino Superior	5	38	43	3	30	33	4	29	33
Antiguidade	Média em anos	12			14			18		
Gastos com o Pessoal	Total do Período	1.419.689,94			1.251.081,51			1.203.935,58		
	Média por colaborador	21.189,40			20.851,36			19.418,32		

Nos últimos anos, após a redução significativa operada em 2019, o número de trabalhadores do Perpétuo Socorro, tendeu a estabilizar. A Instituição passou a recorrer, para atividades de limpeza e de serviços auxiliares, a estágios IEFP. Os Custos com Pessoal tiveram, como consequência, uma redução significativa, apesar do Quadro relativo a estes dados não o evidenciar totalmente, pois inclui os valores pagos aos estagiários, mas não os montantes estornados pelo IEFP.

Em 2022, cerca de 88% dos funcionários são do género feminino e a idade média reduziu para os 43 anos. O custo médio por colaborador é mais elevado em 2021, uma vez que, passaram a estar incluídos na rubrica de Gastos com o Pessoal, os custos com a alimentação dos trabalhadores. Cerca de 65% dos trabalhadores têm formação superior.

3. Proposta de aplicação de Resultados

Quanto ao resultado líquido positivo do exercício, no montante de 64.942,63 €, apurado de acordo com as demonstrações financeiras anexas a este relatório, propõem-se a transição para a conta de resultados transitados, para cobertura de prejuízos acumulados de anos anteriores e para investimento na qualificação dos serviços prestados pela Instituição.

4. Outras informações requeridas

A Instituição não tem quaisquer dívidas à Autoridade Tributária, à Segurança Social e à Caixa Geral de Aposentações, nem a quaisquer outras entidades públicas.

5. Perspetivas para o ano 2023

O CCNSPS encontra no seu plano para o ano de 2023 um conjunto de projetos e oportunidades de desenvolvimento, quer globais, quer sectoriais, que merecem uma referência relevante.

Está em definição a materialização de um projeto de desenvolvimento cultural, através de diversas parcerias com entidades empresariais e com a empresa municipal de cultura ÁGORA, que tirará partido da existência física de um dos melhores auditórios da cidade do Porto e de espaços físicos complementares e de apoio.

Jese
Nélia

Ainda no âmbito transversal, o Perpétuo Socorro encetará a beneficiação da fachada do edificado, para além de pretender dar efetivação ao projeto de digitalização integral dos serviços.

No domínio da Infância, está já em construção um Berçário.

No âmbito do Ensino Básico, para além da consolidação da via do ensino digital, está em curso uma reformulação do projeto educativo, que terá implicações positivas na qualificação do projeto pedagógico nos ciclos de ensino existentes.

No que respeita à Escola Profissional, existe uma realista expectativa de aumento dos cursos de Ensino Profissional e a criação de formações modulares, por via direta, visando o contínuo aumento do número de alunos nos diferentes âmbitos desta valência. Facto que tem sido constante nos últimos anos.

Por fim, importa colocar em destaque a robustez do Perpétuo Socorro para continuar a enfrentar as vicissitudes sofridas nos últimos três anos.

A ambição criou novas valências e aumento de utentes, que, por sua vez, fizeram aumentar as receitas. Estes factos permitiram realizar importantes investimentos, quer no edificado, quer em equipamentos tecnológicos, quer em materiais e estruturas para o apoio aos utentes educativos e sociais.

Contudo, é de prever que ao nível financeiro possam ocorrer algumas perdas, cuja origem residirá no impacto económico que incidirá nos rendimentos das famílias e nos custos decorrentes da taxa de inflação.

28.

Nelva

6. Conclusão e agradecimentos

O Relatório de Gestão e Contas de 2022 apresenta um resultado muito positivo, que diz do caminho de recuperação que a Instituição está, firmemente, a trilhar.

O Perpétuo Socorro deve um agradecimento especial a todos os seus trabalhadores, pelo empenho, dedicação e compreensão demonstrados em torno de muitas medidas difíceis, que foram necessárias e indispensáveis. Por outro lado, tem também diante de todos os seus utentes e familiares uma profunda dívida de gratidão pela confiança evidenciada na Instituição e nos serviços que presta.

A todos, o Perpétuo Socorro muito agradece. Com todos caminhará rumo a um serviço e a uma identidade de referência.

14

28.



Jose

Nélia

fevereiro 28.

02 Balanço

[Handwritten signature]
Nelcia

RÚBRICAS	NOTAS	2022	2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	7.410.579,26	7.257.788,64
Investimentos financeiros		9.679,50	6.811,84
		7.420.258,76	7.264.600,48
Activo corrente			
Créditos a receber	14.2	11.665,12	4.679,95
Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros	14.1	7.211,85	4.436,43
Diferimentos	14.4	2.407,97	8.088,88
Outros ativos correntes	14.3	1.042.986,98	796.925,47
Caixa e depósitos bancários	14.5	247.884,24	768.172,73
		1.312.156,16	1.582.303,46
Total do Activo		8.732.414,92	8.846.903,94
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.6	305.999,87	305.999,87
Resultados transitados	14.6	-615.971,98	-870.368,06
Excedentes de revalorização	12,14.6	5.845.628,88	6.010.498,54
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	14.6	303.351,18	162.623,64
		5.839.007,95	5.608.753,99
Resultado líquido do período		64.942,63	89.526,42
Total dos Fundos Patrimoniais		5.903.950,58	5.698.280,41
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7	1.190.906,01	1.039.680,29
		1.190.906,01	1.039.680,29
Passivo corrente			
Fornecedores	14.7	126.034,55	85.236,74
Estado e outros entes públicos	14.8	52.715,07	37.629,41
Financiamentos obtidos	7	332.966,29	1.056.836,54
Diferimentos	14.4	719.401,87	602.677,99
Outros passivos correntes	14.9	406.440,55	326.562,56
		1.637.558,33	2.108.943,24
Total do Passivo		2.828.464,34	3.148.623,53
Total do Fundos Patrimoniais e Passivo		8.732.414,92	8.846.903,94

28. 16

fefer

Q

Nélia

03 Demonstração de Resultados por Natureza

RÚBRICAS	NOTAS	2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	844.972,21	773.593,20
Subsídios, doações e legados à exploração	9	1.281.308,20	1.124.883,01
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-5.550,02	-11.140,95
Fornecimentos e serviços externos	14.10	-598.020,38	-371.099,46
Gastos com o pessoal	11	-1.419.689,94	-1.251.081,51
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.2	-18.263,30	-2.345,41
Outros rendimentos e ganhos	14.11	363.604,25	219.618,84
Outros gastos e perdas	14.12	-207.576,02	-249.648,57
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		240.785,00	232.779,15
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-107.425,63	-90.770,32
Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)		133.359,37	142.008,83
Juros e gastos similares suportados	7	-68.416,74	-52.482,41
Resultado antes de impostos		64.942,63	89.526,42
Imposto sobre o rendimento do período	10	0,00	0,00
Resultado líquido do período		64.942,63	89.526,42

04 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Jose
28.
Nélia

RUBRICAS	2022	2021
Act. Operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes	886.371,08	810.903,87
Recebimentos de subsídios	1.253.072,58	1.022.377,50
Pagamentos de bolsas	-138.734,93	-138.648,88
Pagamentos a fornecedores	-503.000,72	-347.916,91
Pagamentos ao pessoal	-922.042,69	-827.717,86
Caixa gerada pelas operações:	575.665,32	518.997,72
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	-577.942,02	-457.692,42
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1):	-2.276,70	61.305,30
Act. Investimento		
Pagamentos		
Activos fixos tangíveis	-312.372,52	-190.315,92
Recebimentos		
Activos fixos tangíveis	300.000,00	0,00
Subsídios ao investimento	24.732,34	41.600,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2):	12.359,82	-148.715,92
Act. Financiamento		
Recebimentos		
Financiamentos obtidos	861.779,60	383.220,40
Pagamentos		
Financiamentos obtidos	-1.339.280,32	-94.356,76
Juros e gastos similares	-52.870,89	-49.653,41
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3):	-530.371,61	239.210,23
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	-520.288,49	151.799,61
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	768.172,73	616.373,12
Caixa e seus equivalentes no fim do período	247.884,24	768.172,73

05 Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe							Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Revalorização	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período		Total
Posição no início do Período 2022		305.999,87			- 870.368,06	6.010.498,54	162.623,64	89.526,42	5.698.280,41	5.698.280,41
Alterações no período										
Excedentes de revalorização de ativos físicos tangíveis e intangíveis e respectivas variações					164.869,96	-164.869,66				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					89.526,42			-89.526,42		
Resultado Líquido do Período					254.396,08	-164.869,66		-89.526,42		
Resultado Integral								64.942,63	64.942,63	64.942,63
Operações com Instituidores no período										
Subsídios, doações e legados								-24.583,79	64.942,63	64.942,63
Posição no fim do período 2022		305.999,87			- 615.972,01	5.845.628,88	303.351,18	64.942,63	140.727,54	140.727,54

Lele
Nélia

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe							Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de Reavaliação	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período		Total
Posição no início do Período 2021		305.999,87			-1.120.412,72	6.010.498,54	112.079,05	250.044,66	5.588.209,40	5.588.209,40
Alterações no período Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					250.044,66			- 250.044,66		
Resultado Líquido do Período					250.044,66			- 250.044,66		
Resultado Integral								89.526,42	89.526,42	89.526,42
Operações com Instituidores no período Subsídios, doações e legados								160.518,24	89.526,42	89.526,42
Posição no fim do período 2021		305.999,87			- 870.368,06	6.010.498,54	162.623,64	89.526,42	5.698.280,41	5.698.280,41

28.


 Nelson

Leise
[Signature]
[Signature]

06 Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

[Signature]
Nélia

Seve
D.
vi

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, com sede na Rua de Costa Cabral, nº 120 – Porto, é uma Fundação de Solidariedade Social criada pela Província Portuguesa da Congregação do Santíssimo Redentor, com estatutos aprovados em 5 de janeiro de 1959 por Sua Ex.^a o Ministro de Saúde e Assistência. Tem como objetivo contribuir para a promoção social de todos os que dela necessitam, em regime de indiscriminação de credos, partidos, cores ou raças.



Nélia

Para realização do seu objetivo a Instituição propõe-se manter as seguintes atividades:

- assistência moral através dos meios adequados;
- assistência educativa e cultural por meio de cursos de preparação profissional e cultural;
- assistência por meios de subsídios ou outras ajudas de carácter material;
- atividades de segurança social, pelo exercício das modalidades de creches, jardins-de-infância, lares de idosos, centros de dia para terceira idade, atividades de tempos livres e outras que forem julgadas necessárias ou convenientes.

Atualmente, a Instituição tem as seguintes valências:

Creche, Pré-escolar, Ensino Básico, Ensino Profissional e Centro de Dia.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e pelas Portarias n.º 105/2011 e 106/2011 de 14 de março alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e pelas Portarias n.º 218/2015 de 23 de julho e 220/2015 de 24 de julho, e Avisos n.º 8154/2015 de 29 de julho, e 8259/2015 de 29 de julho.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:




3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não existe a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

28.



Jose
Nélia

for
S.
Nela

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “*Devedores e Credores por Acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram consistentes em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os terrenos e edifícios encontram-se valorizados ao justo valor determinado por avaliação efetuada por Entidade especializada independente. Os restantes elementos dos Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

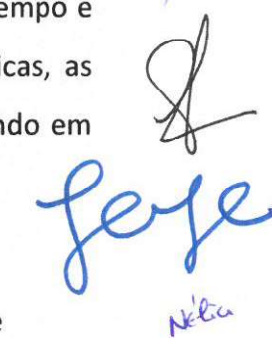
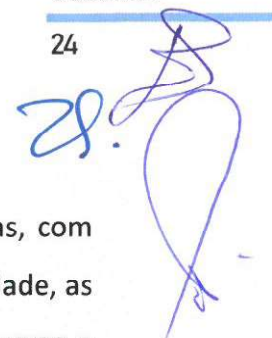
As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo por base as taxas máximas de depreciação prevista no Decreto regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro, à exceção dos edifícios que foram depreciados às taxas mínimas.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios e outras construções: entre 10 e 100 anos;

28.



feze
Nélio

- Equipamento básico: entre 5 e 12 anos;
- Equipamento de transporte: entre 4 e 10 anos;
- Equipamento administrativo: entre 3 e 16 anos.

Com a alteração das políticas contabilísticas no ano de 2016, a rubrica Propriedades de Investimento passou a integrar a rubrica Ativo Fixo Tangível.

Estas Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.2. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período (sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade) estão registados no ativo pela quantia realizável.

Utentes e outras contas a Receber

Os "Utentes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the word "Ver" and the name "Nélio".

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.3. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou Terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.4. Financiamentos Obtidos

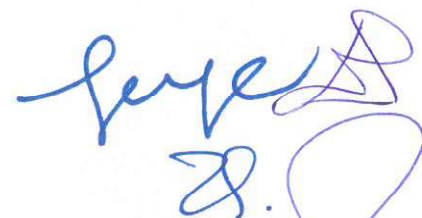
Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.


28.

feyre

Nélia



28.



Nelcia

3.2.5. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- d) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- e) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*

f) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.*"

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87.

4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária de políticas contabilísticas.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2021, mostrando as aquisições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Handwritten signature and date: 28.

2022	Saldo em 01/01/2022	Aquisições /Dotações	Abates/Reg.	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2022
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	1 822 000.00€	0.00€	48 575.00€	0.00€	0.00€	1 773 425.00€
Edifícios e outras construções	5 340 544.35€	28 957.14€	156 015.31€	113 481.11€	0.00€	5 326 967.38€
Equipamento básico	520 021.83€	40 233.51€	27 411.43€	0.00€	0.00€	532 843.91€
Equipamento de Transporte	114 299.09€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	114 299.09€
Equipamento Administrativo	277 114.32€	1 541.87€	114.99€	0.00€	0.00€	278 541.20€
Outros Ativos Fixos Tangíveis	16 426.12€	1 612.32€	0.00€	0.00€	0.00€	18 038.44€
Ativos tangíveis em curso	42 016.13€	596 493.79€	207 407.73€	-117 933.71€	0.00€	313 168.48€
Adiantamentos p/conta	0.00€	9.669,78€	0,00€	0,00€	0,00€	9.669,78€
TOTAL	8.132.421,84€	678.508,41€	439 524.43€	4452.60€	0.00€	8.366.953,28€
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€	0.00€
Edifícios e outras construções	58 360.20€	73 764.82€	1 457.25€	0.00€	0.00€	130 667.77€
Equipamento básico	448 292.62€	26 052.17€	24 112.57€	0.00€	0.00€	450 232.22€
Equipamento de transporte	80 732.41€	5 787.50€	0.00€	0.00€	0.00€	86 519.91€
Equipamento administrativo	270 821.85€	1 807.70€	114.99€	0.00€	0.00€	272 514.56€
Outros Ativos Fixos Tangíveis	16 426.12€	13.44	0.00€	0.00€	0.00€	16 439.56€
TOTAL	874 633.20€	107 425.63€	25 684.81€	0.00€	0.00€	956 374.02€
Ativos fixos tangíveis						7.410.579.26€

2021	Saldo em 01/01/2021	Aquisições /Dotações	Abates/Reg.	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31/12/2021
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	1.822.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.822.000,00
Edifícios e outras construções	5.137.822,74	23.696,20	0,00	179.025,41	0,00	5.340.544,35
Equipamento básico	510.234,07	9.787,76	0,00	0,00	0,00	520.021,83
Equipamento de Transporte	89.299,09	25.000,00	0,00	0,00	0,00	114.299,09
Equipamento Administrativo	272.201,03	4.913,29	0,00	0,00	0,00	277.114,32
Outros Ativos Fixos Tangíveis	16.426,12	0,00	0,00	0,00	0,00	16.426,12
Ativos tangíveis em curso	21.756,66	199.284,88	0,00	-179.025,41	0,00	42.016,13
TOTAL	7.869.739,71	262.682,13	0,00	0,00	0,00	8.132.421,84
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	58.360,20	0,00	0,00	0,00	58.360,20
Equipamento básico	423.695,98	24.591,09	5,55	0,00	0,00	448.292,62
Equipamento de transporte	75.986,58	4.745,83	0,00	0,00	0,00	80.732,41
Equipamento administrativo	267.748,65	3.073,20	0,00	0,00	0,00	270.821,85
Outros Ativos Fixos Tangíveis	16.426,12	0,00	0,00	0,00	0,00	16.426,12
TOTAL	783.857,33	90.770,32	5,55	0,00	0,00	874.633,20
Ativos fixos tangíveis						7.257.788,64

Em janeiro de 2022 a Instituição vendeu um imóvel sito na Rua de Costa Cabral, nº142-144 que se destinava a arrendamento.

No exercício de 2022, concluíram-se dois projetos que se encontravam em Investimento em Curso, nomeadamente as obras nas Novas Instalações da Escola Profissional e as obras da Nova Sala de Psicomotricidade no Jardim de Infância, financiada esta última pelo Projeto BPI "La Caixa", transferidas, na data de término, para a rubrica de Edifícios e Outras Construções.

No final do exercício, mantiveram-se em Investimentos em Curso os seguintes projetos: instalação de medidas de autoproteção contra incêndios; empreitada de requalificação da área frontal do edifício; instalação de elevador no Centro de Dia e obras de remodelação da Creche (criação de Berçário); obras de requalificação do Pavilhão/Centro de dia e a decoração do Centro de Dia.

6. INVENTÁRIOS

A 31 de dezembro de 2022 e 2021 apresentava os seguintes saldos:

Descrição	Inventário em 31-12-22	Compras	Reclassificações e Regularizações	Custo das mercadorias vendidas e matérias compradas
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	0,00	2.325,75	6.218,49	5.550,02
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição	Inventário em 31-12-21	Compras	Reclassificações e Regularizações	Custo das mercadorias vendidas e matérias compradas
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	0,00	3.551,91	11.266,42	11.140,95
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00

Na conta 38 - Reclassificações e Regularizações de Inventários, contabiliza-se os donativos em espécie recebidos pela Instituição.

7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

fez 28.
[assinatura]
[assinatura]
[assinatura]
Nélia

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade apresentava os seguintes saldos na rubrica de juros e gastos similares suportados:

	Valor total do empréstimo 2022	Valor do Empréstimo (se dif. valor contratual)		Custos anuais de Empréstimos obtidos suportados	
		Corrente	Não Corrente	Total	Dos quais juros suportados
Empréstimos genéricos:					
Instituições de crédito e sociedades financeiras	1.241.975,24	91.069,23	1.150.906,01	56.038,98	39.261,60
Empréstimos MLP	1.222.013,03	88.278,41	1.133.734,62	43.327,12	26.771,83
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	11.715,88	11.535,88
Leasing	0,00	0,00	0,00	3,93	0,85
Toyota Financial Services	19.962,21	2.790,82	17.171,39	992,05	953,04
Outros financiadores-FRSS	281.897,06	241.897,06	40.000,00	9.200,00	9.200,00
Total	1.523.872,30	332.996,29	1.190.960,01	65.238,98	48.461,60

	Valor total do empréstimo 2021	Valor do Empréstimo (se dif. valor contratual)		Custos anuais de Empréstimos obtidos suportados	
		Corrente	Não Corrente	Total	Dos quais juros suportados
Empréstimos genéricos:					
Instituições de crédito e sociedades financeiras	1.756.516,83	746.836,54	1.009.680,29	48.065,67	43.168,01
Empréstimos MLP	1.018.721,69	29.021,40	989.700,29	18.642,18	15.240,36
Contas caucionadas	714.700,00	714.700,00	0,00	28.217,00	27.132,00
Leasing	463,29	463,29	0,00	116,49	75,87
Toyota Financial Services	22.631,85	2.651,85	19.980,00	1.090,00	719,78
Outros financiadores-FRSS	340.000,00	310.000,00	30.000,00	4.416,74	4.416,74
Total	2.096.516,83	1.056.836,54	1.039.680,29	52.482,41	47.584,75

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Esses encargos referem-se a juros relacionados com as contas correntes, com os empréstimos de médio e longo prazo e com o leasing.

Banco Montepio

Em 2021 contratualizou com o Montepio, um empréstimo de crédito ao investimento com o valor limite de 325.000,00€. A 31 de dezembro de 2022 o valor utilizado é de 325.000,00€. Em janeiro de 2023 dá-se início ao plano de amortização deste financiamento.

Em setembro 2022, para reestruturação da dívida, com condições mais vantajosas, a Instituição:

- contratualizou um novo empréstimo de crédito ao investimento, com o Montepio, no valor total de 670.000,00€, enquadrado na Linha de Crédito FEI Uncapped. O presente contrato foi celebrado pelo prazo de 15 anos, com taxa indexada à Euribor a 6 meses, acrescida de 1 spread de 1,75 pontos percentuais;
- liquidou o financiamento, com o Banco Montepio, ao abrigo da Linha de Crédito “Linha de Apoio ao Setor Social COVID-19”, no valor de 300.000,00 € (trezentos mil euros);
- liquidou a conta corrente caucionada do Novo Banco, no valor total de 278.100,00€;
- liquidou a conta corrente do Banco Santander, no valor total de 120.000,00€;
- liquidou o contrato de Mútuo com o Banco Santander, no valor total de 324.580,32€;
- amortizou dívida ao Fundo de Reestruturação do Setor Social, no valor de 58.102,94€.

Millennium BCP

Em novembro de 2021 o CCNSPS celebrou um contrato de crédito com o Banco Comercial Português, S.A., ao abrigo da linha Millennium FEI SOCIAL – Empreendedorismo e Inovação, no valor de 250.000,00€, destinado a Fundo de Maneio.

O prazo de reembolso é de 3652 dias, vencendo-se a última prestação deste contrato em 10/11/2031. Existiu uma carência de 6 meses na amortização de capital. Em junho de 2022 iniciou-se o plano de amortização.

Nélia

Fundo de Reestruturação do Setor Solidário

No início de 2015 foi celebrado um Acordo de Apoio Financeiro, no valor de 500.000 euros, entre o Centro de Caridade N.º S.º do Perpétuo Socorro e o Fundo de Reestruturação do Setor Solidário.

Ao abrigo da Portaria n.º 160/2020 de 26 de junho, este Acordo foi reprogramado e aprovado em setembro de 2020. O montante em dívida será reembolsado em prestações trimestrais até dezembro de 2024.

O montante em dívida em 31 de dezembro é de 281.897,06€. Este será reembolsado em prestações trimestrais no ano de 2023, no valor de 241.897,06€, e no ano de 2024 no valor de 40.000,00€.

feze
28.
[assinatura]
[assinatura]
Néia

8. RÉDITOS

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos na rubrica de prestação de serviços:

	2022			2021	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Prestação de serviços	844.972,21	100%	109%	773.593,20	100%
Totais	884.972,21			773.593,20	

A rubrica Prestações de Serviços está associada à atividade principal da Instituição, isto é, a faturação do Ensino e do Centro de Dia.

9. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de
 “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

2022	Subsídios do Estado e outros entes públicos		Subsídios de outras entidades	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
Subsídios relacionados com ativos/ao investimento	184.016,04	695,41	60.094,89	5.360,00
M.T.S.S. - MASES	43.727,98	695,41	0,00	0,00
C.M.P. – Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense	0,00	0,00	53.600,00	5.360,00
Orçamento Colaborativo 2022	0,00	0,00	6.494,89	0,00
PRR - Creche	140.288,06	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis:	184.016,04	695,41	60.094,89	5.360,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	175.058,76	695,41	53.600,00	5360,00
Equipamento básico	8.957,28	0,00	6.494,89	0,00
Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração	1.281.308,20	1.281.308,20	784,00	784,00
Instituto Segurança Social, I.P.	278.507,10	278.507,10	0,00	0,00
Inst. Gestão Financeira S.S. (POCH)	762.054,94	762.054,94	0,00	0,00
Direção-Geral da Administração Escolar	40.413,73	40.413,73	0,00	0,00
IEFP	99.548,43	99.548,43	0,00	0,00
IGFSS, IP – Fundo Socorro Social	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
IAPMEI	0,00	0,00	784,00	784,00
TOTAL	1.465.324,24	1.282.003,61	60.878,89	6.144,00

Handwritten signature and initials in blue ink.

2021	Subsídios do Estado e outros entes públicos		Subsídios de outras entidades	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
Subsídios relacionados com ativos/ao investimento	43.727,98	695,41	53.600,00	2.360,00
M.T.S.S. - MASES	43.727,98	695,41	0,00	0,00
C.M.P. – Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense	0,00	0,00	53.600,00	2.360,00
Ativos fixos tangíveis:	43.727,98	695,41	53.600,00	2.360,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	34.770,70	695,41	53.600,00	2.360,00
Equipamento básico	8.957,28	0,00	0,00	0,00
Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração	1.124.460,51	1.124.460,51	422,50	422,50
Instituto Segurança Social, I.P.	275.105,86	275.105,86	0,00	0,00
Inst. Gestão Financeira S.S. (POCH)	647.542,20	647.542,20	0,00	0,00
Direção-Geral da Administração Escolar	40.196,28	40.196,28	0,00	0,00
CMP	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
IEFP	54.238,52	54.238,52	0,00	0,00
IAPMEI	0,00	0,00	422,50	422,50
Fundação “la Caixa”	0,00	0,00	0,00	0,00
Doações e Heranças	106.377,65	106.377,65	0,00	0,00
TOTAL	1.221.788,49	1.127.515,92	422,50	422,50

Na rubrica subsídios ao investimento do Estado e outros entes públicos, no ano de 2022, o valor apresentado refere-se ao apoio atribuído pelo Instituto da Segurança Social, I.P., ao abrigo da medida PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, para requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais, nomeadamente, a criação do Berçário.

Na rubrica subsídios de outras entidades, no ano de 2022, o valor apresentado refere-se ao subsídio atribuído pelo Orçamento Colaborativo 2022, da Junta de Freguesia do Bonfim, para remodelação do equipamento mobiliário do departamento sénior.

Na rubrica subsídios à exploração, para além dos subsídios correntes, a Instituição recebeu um subsídio do Fundo Socorro Social, no valor de 100.000,00€.

10. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

No exercício de 2022 não há imposto a pagar.

11. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os órgãos diretivos da Entidade não auferiram qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2022 foi de 56.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2022	2021
Remunerações do pessoal	1.052.674,38	945.545,07
Retroativos	218,00	2.559,01
Indemnizações	14.787,42	18.754,34
Encargos sobre remunerações	235.513,19	213.771,99
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	17.091,00	11.903,94
Gastos de ação social	19.148,58	15.768,87
Outros gastos com pessoal	80.257,37	42.778,29
TOTAL	1.419.689,94	1.251.081,51
Nº de Colaboradores ao serviço da Instituição em 31 de dezembro	56	53

No exercício de 2022, estão registadas três indemnizações, por cessação de contrato de trabalho, no valor de 14.787,42€.

O aumento dos gastos com o pessoal deve-se essencialmente ao aumento do salário mínimo nacional, às atualizações das tabelas salariais e a contratação de pessoal mais qualificado.

2. Jese
Nélio

12. REVALORIZAÇÃO DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

A Instituição, no ano de 2020, registou uma avaliação dos terrenos e edifícios com base nos valores de mercado por avaliação realizada por um avaliador profissional qualificado, tendo obtido uma revalorização por decréscimo no montante de 1.223.258,83 €, segundo o seguinte quadro:

Reve
28.
[Signature]
[Signature]
Nélia

	Valores anteriores líquidos		Revalorização		Justo Valor	
	Terrenos	Edifícios e outras construções	Terrenos	Edifícios e outras construções	Terrenos	Edifícios e outras construções
Ativos Fixos Tangíveis	1.956.445,50	6.204.813,33	-134.445,50	-1.088.813,33	1.822.000,00	5.116.000,00
Art. Matricial 11908 (Inquilinos)	78.171,43	275.163,44	-29.596,43	-129.438,44	48.575,00	145.725,00
Art. Matricial 11501 (Garagem)	60.905,96	214.388,98	-41.330,96	-161.941,68	19.575,00	52.447,30
Art. Matricial 11907	145.221,16	385.939,76	-80.396,16	-212.254,14	64.825,00	173.685,62
Art. Matricial 11501	619.935,80	1.512.246,59	61.739,20	532.778,41	681.675,00	2.045.025,00
Art. Matricial 11502	403.315,27	1.120.119,42	89.409,73	200.038,67	492.725,00	1.320.158,09
Art. Matricial 11503	575.105,30	1.619.496,52	-158.630,30	-503.510,83	416.475,00	1.115.985,69
Art. Matricial 11504	73.790,58	232.210,12	24.359,42	30.763,18	98.150,00	262.973,30
Obras diversas (comuns aos edifícios)	0,00	845.248,50	0,00	-845.248,50	0,00	0,00

Nos excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis ocorreram as seguintes variações:

	Saldo inicial	Débito	Crédito	Saldo final
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	6,010,498.54	164,869.66	0.00	5,845,628.88
Propriedades Investimento - Terrenos	134,907.13	0.00	0.00	134,907.13
Propriedades Investimento - Edifícios	764,692.60	30,587.70	0.00	734,104.90
Ativos Fixos Tangíveis - Terrenos	1,753,850.00	0.00	0.00	1,753,850.00
Ativos Fixos Tangíveis - Edifícios	3,357,048.81	134,281.96	0.00	3,222,766.85

No exercício de 2022 foram transferidos para resultados transitados os excedentes de revalorização depreciados no montante 164.869,66 € relativos às depreciações do exercício de 2022 e 2021.

O total líquido da rubrica excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis totaliza em 31 de dezembro o montante de 5.845.628,88€.

13. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A Entidade não apresenta dívidas à Caixa Geral de Aposentações.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, no ano 2022 foram de 4.428,00€ e no ano de 2021 foram de 3.690,00€ (valores com IVA incluído).

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

Jose
28.
[Signature]
Nélia

14.1. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

	2022	2021
Fundadores/beneficiários/patrocionadores/doadores/associados/membros	19.439,35	4.436,43
Perdas por imparidades acumuladas	- 12.227,50	0,00
TOTAL	7.211,85	4.436,43

No ano de 2022 foi constituída uma perda por imparidade, em dívidas a receber, no valor de 12.227,50€, referente a uma cobrança em posse de um Cobrador desde janeiro de 2022, que se encontra em contencioso.

14.2. Créditos a receber

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

	2022	2021
Utentes c/c	11.665,12	4.679,95
Utentes Cobrança Duvidosa	20.926,32	20.926,32
Perdas por Imparidades Acumuladas	-20.926,32	20.926,32
TOTAL	11.665,12	4.679,95

	2022	2021
Imparidade de dívidas – Perdas	0,00	-2.485,41
Imparidade de dívidas – Reversões	0,00	140,00
TOTAL	0,00	-2.345,41

14.3. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

	2022	2021
Pessoal	0,00	240,98
Devedores por acréscimos de rendimentos	36.090,80	23.210,75
IEFP	92.301,34	73.295,25
POCH	791.875,00	673.590,45
I.G.F.S.S., I.P – PRR	122.050,61	0,00
Outros devedores	669,23	26.588,04
TOTAL	1.042.986,98	796.925,47

A rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” diz respeito a apoios do Instituto da Segurança Social, I.P. para a Creche (1.281,64€), pedidos de restituição do Iva à Direção Geral de Impostos (18.047,98 €), ao subsídio da Direção Geral da Administração Escolar (2.561,60 €) e Alugueres de Salas (1.545,00 €).

O valor mencionado no IEFP refere-se a medidas de apoio à contratação (essencialmente Estágios Ativar, Contratos de Inserção).

Na rubrica do POCH, o valor refere-se ao projeto Projeto POCH-01-55H8-FSE-000816, para ano letivo 2022/2023, cujo valor total aprovado foi de 918.965,20 €. A título de adiantamento já recebemos 127.090,20 €.

Na rubrica do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, o valor refere-se ao Processo PRR-RE-C03-i01-02-000229 (Creche), cujo valor aprovado foi de 140.288,06€. A título de adiantamento recebemos 18.237,45€.

Na rubrica “outros devedores” o montante refere-se a uma prestação de serviços ao IEFP e reembolsos das Companhias de Seguros.

Sete 28.
Néia

14.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

	2022	2021
Gastos a reconhecer	2.407,97	8.088,88
Seguros a liquidar	2.087,47	4.904,64
Outras despesas c/ custo diferido	320,50	3.184,24
Rendimentos a reconhecer	719.401,87	602.677,99
IGFSS, IP	7.848,21	0,00
Ações de Formação – POCH	624.382,64	526.330,88
IEFP	78.094,34	67.742,22
Rendas	0,00	1.116,71
Mensalidades antecipadas	8.613,08	7.488,18
Outras receitas diferidas	463,60	0,00

Na rubrica rendimentos a reconhecer estão incluídos os subsídios a reconhecer do Ensino Profissional, relativos ao projeto do POCH, aprovado em setembro de 2022 para o período de setembro de 2022 a agosto de 2023 (**Projeto POCH-01-55H8-FSE-000816**), e que serão reconhecidos no ano seguinte.

Nesta rubrica, estão também incluídos os subsídios do IEFP relativos a Estágios Profissionais e Contratos de Inserção aprovados e que serão reconhecidos no ano seguinte.

Nas outras receitas diferidas está incluído o valor de uma cobrança de 2023, dos Benefeitores.

14.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

	2022	2021
Caixa	1.916,26	5.472,01
Depósitos Bancários – ordem	245.967,98	762.700,72
TOTAL	247.884,24	768.172,73

14.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

	Saldo inicial	Débito	Crédito	Saldo final
Fundos Patrimoniais	305.999,87	0,00	0,00	305.999,87
Resultados transitados	-870.368,06	0,00	254.396,08	-615.971,98
Excedentes de revalorização	6.010.498,54	164.869,66	0,00	5.845.628,88
Outras variações nos fundos patrimoniais	162.623,64	6.055,41	146.782,95	303.351,18
Subsídios	76.970,03	6.055,41	146.782,95	217.697,57
Doações	85.653,61	0,00	0,00	85.653,61
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00

O valor mencionado nos resultados transitados, refere-se à aplicação do resultado líquido de 2021 (89.526,42 €) e excedentes de revalorização (164.864,66€).

Neste exercício, foram considerados dois subsídios ao investimento (ver nota 9), financiados pela Junta de Freguesia do Bonfim, no âmbito do “Orçamento Colaborativo 2022”, para remodelação do equipamento mobiliário do departamento sénior, no valor de 6.494,89 €, e pelo Instituto da Segurança Social, I.P., ao abrigo da medida PRR-Plano de Recuperação e Resiliência, para requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais, nomeadamente, a criação do Berçário.

O valor mencionado na rubrica “outras variações nos fundos patrimoniais” refere-se ao valor transferido de subsídios ao investimento para a rubrica “outros rendimentos”.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and the name 'Nélia' written vertically.

14.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

	2022	2021
Fornecedores c/c	126.034,55	85.236,74

14.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Estado e outros Ente Públicos	2022	2021
Passivo	52.715,07	37.629,41
Retenção de Impostos sobre Rendimentos	13.029,91	11.449,58
IVA	10.705,26	1.811,16
Segurança Social	22.044,26	16.601,16
Outras Tributações	6.935,64	7.767,51

14.9. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

	2022	2021
Pessoal	30,00	0,00
Fornecedores de investimento	118.665,57	32.175,48
Credores por acréscimos de gastos	219.901,06	193.445,29
Outros credores	67.843,92	100.941,79
TOTAL	406.440,55	326.562,56

A rubrica "credores por acréscimos de gastos" incluiu o montante de 194.794,24 € de remunerações a liquidar em 2023 (Férias e subsídio de férias), o montante de 11.776,92 € de juros a liquidar e o montante de 7.533,84 € referente aos Prestadores de Serviços.

Na rubrica "Outros credores" estão incluídos os montantes dos prestadores de serviços (4.729,81€), o valor das indemnizações a pagar, em prestações mensais, relativas a

funcionários que cessaram o contrato de trabalho com acordo (2.000,00€), bem como processos judiciais (60.973,11€).

14.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

	2022	2021
Fornecimentos e Serviços externos	598.020,38	371.099,46
Subcontratação	137.598,16	96.441,29
Serviços especializados	224.141,68	117.132,99
- Trabalhos especializados	81.052,55	23.736,77
- Publicidade	6.145,97	4.950,30
- Vigilância e Segurança	756,33	785,61
- Honorários	94.343,10	71.247,12
- Comissões	19.146,12	0,00
- Conservação e reparação	22.621,66	16.413,19
- Serviços Bancários	75,95	0,00
- Outros	0,00	0,00
Materiais	42.384,87	28.074,01
Energia e fluidos	81.550,72	42.388,21
- Eletricidade	58.820,56	26.486,43
- Combustíveis	10.888,00	7.212,14
- Água	11.842,16	8.689,64
Deslocações e estadas	24.283,96	14.230,65
Serviços Diversos	88.060,99	72.832,31
- Rendas e alugueres	2.321,50	2.153,23
- Comunicações	6.961,69	3.866,51
- Seguros	10.548,20	10.698,90
- Representação	2.176,74	0,00
- Limpeza e Higiene	11.642,53	10.214,92
- Outros Serviços	54.410,33	45.898,75
Encargos de saúde com utentes	353,35	553,21
Atividades extracurriculares/pedagógicas	29.131,75	18.578,09
Cobrança e angariação de Benfeitores	22.442,98	26.268,13
Outros	2.482,25	499,32

No exercício de 2022 a instituição recebeu um donativo em espécie, da Livraria Lello, no valor de 20.247,34€.

14.12. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

		2022	2021
Impostos	Impostos diretos	9,49	0,00
	Impostos indiretos	1.787,19	37,70
	Taxas	0,00	5.394,42
	Totais	5.432,12	5.432,12
	Totais	0,00	0,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	Alienações	1.798,06	0,00
	Totais	1.798,06	0,00
Outros gastos e perdas	Correções relativas a períodos anteriores	26.243,36	81.942,41
	Donativos	4.950,08	0,00
	Quotizações	806,50	548,00
	Contribuições Seg. Social – Trab. Independentes	1.911,91	4.382,69
	Outros não especificados	0,00	1.000,00
	Totais	33.911,85	87.873,10
Custos com Apoios Financeiros	Subsídios, Donativos, Bolsa Estudo	170.069,43	156.343,35
	Totais	170.069,43	156.343,35
Totais		207.576,02	249.648,57

Na rubrica de correções relativas a períodos anteriores, está incluída uma correção relativa ao projeto POCH-01-5571-FSE-000093 (930,00€), correções nos subsídios do IEFP (2.572.96€), correção nos juros de mora ao Fundo de Reestruturação do Setor Social (4.800,00€), correção num processo judicial (4.050,00€), correção numa Obra de ventilação Mecânica que se encontrava em curso desde 2016.

Na rubrica de custos com apoios financeiros, estão discriminados os custos com os formandos da seguinte forma:

- Bolsas de Material de Estudo: 11.814,25€
- Subsídio de Alimentação: 124.937,68€
- Subsídio de Transporte: 33.317,50€

Jose
J. Almeida

14.13. Juros e Gastos similares suportados

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos relacionados com juros e gastos similares suportados:

	2022	2021
Juros e gastos similares suportados	68.416,74	52.482,41
Juros suportados	51.639,36	47.584,75
Outros gastos	16.777,38	4.897,66

Nélia

14.14. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

15. OPERAÇÕES DE CONTINUIDADE

O resultado líquido do exercício de 2022 foi positivo em 64.942,63 euros, assim como o de 2021 em 89.526,42 euros.

16. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direção em 28 de fevereiro de 2023.

O Contabilista Certificado

Nélia Figueiredo

A Direção

Zé Sérgio
Maria Teresa Almeida
Lucrezia Josefa Soares
Jose

07 Relatório e Certificação Legal das Contas

28.

Jose

Nélia

Oscar Quinta, Cande da Mota & Pires Fernandes
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Inscrição n.º 110
Pessoa Coletiva n.º 502 992 379

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de *Centro de Caridade N.ª Senhora do Perpétuo Socorro* (a Entidade), que compreendem o balanço em 31/12/2022 (que evidencia um total de 8.732.415 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.903.951 euros, incluindo um resultado líquido de 64.943 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações dos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de direção pelas demonstrações financeiras

O órgão de direção é responsável pela

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo


Nélia Figueiredo

28. A

Jose

Nélia

Nélia T. Fernandes





Jose


Nélia


profissional durante a auditoria e também

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de direção de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de direção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorrecções materiais.

Porto, 28 de Fevereiro de 2023

Oscar Quinta, Canedo da Mota e Pires Fernandes, SROC
 representada por



José Carlos Canedo Gonçalves da Mota (Insc. n.º 757)

08 Parecer do Conselho Fiscal

**PERPÉTUO
SOCORRO****CENTRO DE CARIDADE Nº Sª DO PERPÉTUO SOCORRO**

Instituição Particular de Solidariedade Social NIPC: PT 500 868 549

Membro Honorário da Ordem de Benemerência

Rua de Costa Cabral, 120 4200-208 Porto

Telefones: 225 095 043 • Telem. 967 601 875

Web: www.perpetuo-socorro.pt E-mail: ccnsps@perpetuo-socorro.pt

Folha 25

ATA NÚMERO 104**----- Conselho Fiscal do Centro de Caridade Nº Sª do Perpetuo Socorro-----**

----- Aos vinte e oito dias do mês de março do ano dois mil e vinte e três, pelas oito horas e trinta minutos, em cumprimento das disposições estatutárias, reuniram nas instalações do Perpetuo, os membros do Conselho Fiscal. Estavam presentes todos os membros do órgão fiscalizador, designadamente o Sr. Padre Domingos da Silva Marinho, Presidente, a Sra. Dra. Célia Marlene Pinto Bonifácio e Sr. Dr. José Miguel Pereira Gomes, Vogais. -----

----- A reunião, presidida pelo Sr. Padre Domingos da Silva Marinho e secretariada pelo Sra. Dra. Célia Bonifácio, teve a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto Único: Analisar e dar parecer acerca das Contas do Ano Social de dois mil e vinte e dois e da Proposta de Aplicação dos Resultados. -----

----- Aberta as sessões foram analisados os documentos relativos às contas do ano de dois mil e vinte e dois, apresentados pela Direção. O Senhor Presidente da Direção pediu a palavra para falar acerca das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos que refletem um valor positivo de 64 942,63 Euros. Terminada a sua exposição foram prestados os esclarecimentos necessários. -----

----- Analisada a documentação e verificando que as contas refletem de forma clara a situação da Instituição, satisfazendo as disposições legais, o Conselho Fiscal deliberou, por unanimidade, dar parecer favorável para que sejam aprovadas as Contas do Ano de dois mil e vinte e dois, bem como a proposta de aplicação dos resultados. -----

----- Reconhecendo a disponibilidade e a colaboração que a Direção presta, o Conselho Fiscal, por unanimidade, manifesta o seu agradecimento à Direção. -----

----- Não havendo mais nada a tratar a sessão foi encerrada e lavrada a presente ata que vai ser assinada pelos membros do Conselho Fiscal. -----

O Conselho FiscalPresidente: Vogal: 

Vogal: _____

Assinado por: **JOSÉ MIGUEL PEREIRA GOMES**
Num. de Identificação: 10359303
Data: 2023.05.31 10:14:27+01'00'

09 Decisão da Direção

CENTRO DE CARIDADE NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO
Rua de Costa Cabral, nº 120
4200 208 Porto C.A.E.: NIPC: 500868549

Folha 63

ACTA N° 45

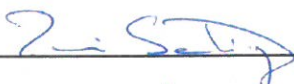
Aos vinte e oito dias de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, pelas nove horas, reuniu a direcção do Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, na qual estiveram presentes todos os membros, e com a seguinte Ordem de Trabalhos:

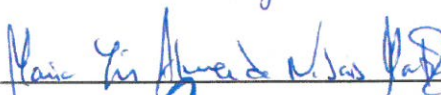
Ponto Único: Apreciação e deliberação do Relatório de Gestão e Contas relativo ao ano de 2022.

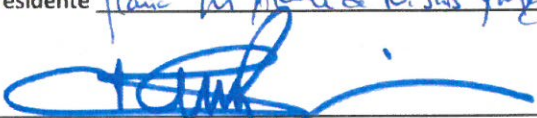
Após análise do documento e audição do Revisor Oficial de Contas, a Direcção deliberou aprovar o documento por unanimidade.

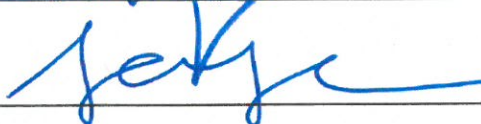
Nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada a sessão, tendo-se lavrado a presente acta que depois de lida e aprovada por unanimidade foi assinada por todos os presentes.

Pela Direcção:

Presidente 

Vice-Presidente 

Vogal 

Vogal 

Vogal 

